

# MUSEU DA PESSOA



Museu da Pessoa

*Uma história pode mudar seu jeito de ver o mundo.*

Histórias das Políticas Socioeducativas no Acre (ISE)

## "Em uma vida, eu vivi dez"

História de [Laura Keiko Sakai Okamura](#)

Autor: [Museu da Pessoa](#)

Publicado em 00/00/0000

---

Histórias das Políticas Socioeducativas no Acre  
Depoimento de Laura Keiko Sakai Okamura  
Entrevistadores: Luiz Egypto de Cerqueira  
Rio Branco, Acre, 17 de agosto de 2010  
Realização Museu da Pessoa  
Entrevista ISE\_HV003  
Transcrição Ana Lucia Queiroz

P/1 – Podemos começar, dona Laura? Eu queria começar com a senhora dizendo o seu nome completo, local e data de nascimento.

R – Laura Keiko Sakai Okamura. Nascimento, 16 de outubro de 1953. São Paulo, capital.

P/1 – O nome de seus pais, por favor.

R – Hatnigi e Mieko Sakai.

P/1 – O que fazia o seu pai?

R – Meu pai era um comerciante. Ele tinha negócio de batatas, assim. Batatarista que fala?

P/1 – Onde?

R – São Paulo.

P/1 – Mas onde em São Paulo?

R – No mercado.

P/1 – No mercadão?

R – No mercadão.

P/1 – E sua mãe?

R – Minha mãe só cuidando dos filhos. Nós somos sete irmãos.

P/1 – E a senhora onde se coloca nesta escadinha?

R – Número seis.

P/1 – A senhora conheceu seus avós?

R – Conheci e morei com os quatro.

P/1 – Podia dizer o nome deles?

R – A minha avó era Itse. O nome dela é... vamos dizer assim... É complicado: Itse Kobaiashi. E o meu avô era Itse também, né? Porque japonês coloca na frente. Itse Aki, aki, aki. Só Aki.

P/1 – E do outro lado?

R – Este é do lado da minha mãe. Do lado do meu pai meu avô chamava ( ) Sakai e minha avó era Aki também, só que um Aki era nome masculino e o outro Aki era nome feminino: Aki Sakai.

P/1 – Os japoneses eram seus avós ou seus pais?

R – Meus avós.

P/1 – Eles contavam histórias de como vieram, porque vieram?

R – Não só eles contavam, mas também eu fui depois fazer a trajetória deles. É, a caminhada; experimentei partir do porto que eles partiram. Fiz um pouco da trajetória. Fui conhecer os locais.

P/1 – E de onde eles saíram?

R – A parte paterna é do Monte Fuji, bem na base do Monte Fuji. A materna é de uma ilha lá perto de (Kuf?), mas chama Tokushima. É uma ilha no Sul do Japão.

P/1 – Eles vieram motivados por quê?

R – Imigração, né? Meus pais chegaram aqui em 1911, por parte de avós paternos. Mas da parte da minha mãe foi em 1918.

P/1 – E eles foram para onde ao chegar em São Paulo?

R – Da família dos meus pais, quando chegaram foram pra Brataque(?), perto de Ribeirão Preto. E da minha mãe foram para Presidente Machado. Como é que chama? Machado. Lá perto de Presidente Prudente. Entre Venceslau e Presidente Prudente [Presidente Bernardes].

P/1 – Eles relatavam, contavam a dificuldade destes primeiros tempos de adaptação?

R – Sim. Vamos dizer assim que a adaptação era à alimentação, à língua. Era tudo, né? Clima, alimentação, mas acho que o mais grave deve ter sido doenças: doenças desta região. A história deste meu avô paterno é bem interessante porque é assim: ele ficou doente e o dono da fazenda o levou para um hospital e ele nunca mais voltou. Ele morreu por lá, não trouxeram o corpo de volta e minha família nunca mais tinha sabido do paradeiro; do pai do meu pai. Em 1986, cinco, seis, sei lá... Sete, eu acho. Eu fazia parte da auditoria da FEBEM de São Paulo e nós tínhamos que fazer uma auditoria numa fazenda em Haras, lá perto de Santa Bárbara, a oeste do Estado. E aí fiz parte da comissão que ia fazer uma auditoria porque havia um fazendeiro que havia mudado a cerca e tomado terrenos do Estado, que pertenciam à FEBEM e a gente tinha que ir lá e fazer uma apuração disto. E também havia uma denúncia que o diretor da Unidade tinha facilitado que ele tomasse isso e, ao tomar, levou todo o gado que era da fazenda da FEBEM.

Bem, aí foi um grupo lá. Quando nós chegamos a gente se dividiu: “você vai olhar isto; você vai olhar aquilo”. E eu fiquei junto com o grupo que foi olhar a mudança da cerca. Tinha um rio que dividia; eles pegaram a cerca que era pra lá do rio e trouxeram pra cá do rio; avançaram e realmente tinham pego este gado e tal. Só que do outro lado tinha o cemitério da FEBEM. O cemitério ele não teve como cavar e trazer tudo pra cá. Então, o cemitério era a prova de que ele tinha invadido. Eu tive que passar do outro lado do rio ( ), e o cemitério estava bem ali. Quando eu fui olhar no cemitério uma pessoa falou: “engraçado, aqui tem um túmulo com o seu sobrenome”. Eu falei: “não, é mesmo meu sobrenome!”. E engraçado que é o nome do meu avô. Acho engraçado porque eu jamais ia imaginar que meu avô estava enterrado dentro do cemitério da FEBEM, que era um patronato só de crianças abandonadas: filhos de escravos, filhos de imigrantes que morreram. Lá tinha sido um orfanato. Mas também a Santa Casa daquela região fazia uso deste cemitério. Aí eu falei: “nossa, mas é muito parecido!”. Aí voltei pra casa e falei para o meu pai: “pai, olha só, encontrei no cemitério assim”. Ele ficou maluco. Quería ir lá ver. Fomos e fomos procurando quem tomava conta; onde estava o registro dos mortos. Estava em Santa Bárbara. Quando nós fomos lá batia o nome da fazenda onde ele tinha... Batia tudo. Não, sem dúvida, não era coincidência: era ele mesmo. E era o único com data de adulto. E, interessante que o túmulo estava preservado já passado uns 80 anos.

Você perguntou de uma história. Estou contando uma história.

P/1 – E onde vocês moravam quando você nasceu?

R – Eu nasci na Rua Frei Caneca, mas morei na Aclimação.

P/1 – E como era a sua casa?

R – Sabe aquelas casas antigas que tem porão, tem terraço? Em cima da garagem tem terraço? Não sei se você se lembra. Casa antiga, de três andares, mas antiga. Moravam os quatro avós e toda a família.

P/1 – Quantas pessoas eram?

R – Olha: só de filhos eram sete; pai e mãe mais dois. Umz dezesseis pessoas.

P/1 – Tinha uma rotina a casa? Uma hora que todo mundo comia junto?

R – Tinha muita rotina, como casa de japonês, né? Além de rotina, tinham ritos. Eu falo sempre em casa assim: o pai do meu pai... Os homens primeiro: pai do meu pai; o pai da minha mãe; os homens e depois vem os filhos. Como eu era mulher – depois de mim é um homem – eu era a ponta mesmo. Quando vinha uma visita não cabia mais ninguém na mesa, era contado, aí eu caía fora. Ia comer na cozinha. (risos). E não podia falar. Em casa só se falava em japonês; não se falava em português. Então, além de ser uma casa cheia de rotinas: cada filho tinha sua atribuição, coisas pra fazer; era uma casa cheia de regras, de hierarquia.

P/1 – E as responsabilidades que a senhora tinha, quais eram?

R – Limpeza da casa. Limpeza e ler jornais para os meus avós. Os meus avós não sabiam ler em português; sabiam em japonês, mas eles ouviam e entendiam. Então eu lia, falava. Mas eu lia japonês também. Então tinha jornais japoneses, eles não enxergavam direito e eu lia. Então, além disso era cuidar dos avós. Cuidar dos avós era o meu negócio. Até porque os avós queriam que eu cuidasse.

P/1 – E como era a casa? Tinha quintal?

R – Tinha quintal, terraço no fundo, terraço na frente. Aquelas casas antigas: tinha porão; era porão alto.

P/1 – Afóra as obrigações, como a criançada se divertia; quais eram as brincadeiras que vocês faziam?

R – Eu brincava muito com os meninos da rua. Andava com carrinho de rolimã, estilingue. (risos). Coisa de menino.

P/1 – Como era a Aclimação nesta época? A cidade?

R – Era bom. Na verdade era bom porque não tinha muito carro. Estou falando de 1954 até 60. Tinha bonde, que passava. Já tinha bonde. Dava pra andar na rua, dava pra passear.

P/1 – E a escola?

R – Tinha que andar muito.

P/1 – Onde era?

R – No Cambuci. Você conhece São Paulo?

P/1 – É uma caminhadinha.

R – É, porque eu morava na Rua Pires da Mota, no Largo da Conceição e tinha que ir lá na Praça do Cambuci. Lá embaixo. Era longe, para mim era longe.

Tinha uma fábrica que chamava Ramenzoni, que fazia chapéu para os homens. Tinha caminho de bonde ali embaixo, na Rua Lavapés.

P/1 – A senhora ia sempre a pé? Não ia de bonde, não pegava nenhuma condução?

R – Sempre a pé.

P/1 – E houve algum problema de adaptação pelo fato de falar mais japonês do que português?

R – Não, não tinha não. Eu falava as duas línguas. Dominava as duas bem.

P/1 – E nessa época teve alguma professora que tivesse chamado a atenção da senhora; que tivesse lhe marcado a memória? Ou professor.

R – Não, tinha com os meninos. Eu brigava muito no pátio. (risos) É assim: eu gostava muito daquela brincadeira de pular corda, e os meninos ficavam querendo tomar a corda de mim. Sempre era assim. Aí eu brigava. Uma vez um deles me pegou e disse: “esta corda é minha”. Eu disse: “não é tua, não, você que pega de mim”. Aí eu segurei com tanta força que o menino me girou tanto que ele me jogou contra o poste, um pilar. Eu

sei que fiquei desacordada um bom tempo e quando acordei já estava no hospital. Mas é que eu tinha levado uma pancada na cabeça muito forte, porque eu não larguei a corda. (risos). Podia ter dado a corda pro moleque, né? Mas eu era briguenta mesmo.

P/1 – E o que mais a senhora gostava de fazer? As brincadeiras que a senhora tinha, as diversões que a criançada podia ter nesta época.

R – Ah, tudo de rua. Que eu me lembre eu não saía da rua. Até porque na rua não tinha carro; não tinha nada. Todo mundo ficava pela rua. Então brincava de tudo: amarelinha, pique, empinar pipa. Eu era muito boa de fazer pipa.

P/1 – Iam eventualmente ao centro, ao cinema?

R – Não tinha estas coisas. Tinha pouco, não é como agora que tem cinema, shopping, não sei o quê. Não tinha, não. Quando muito a gente ia passear no Anhangabaú, na Praça da Sé, na Catedral. Mais quando tinha alguma coisa, Natal, alguma festividade. Cinema era assim.. Quando vinha alguém cada um pegava a sua cadeirinha, ia no Largo da Conceição que tinha ali, eu levava a minha cadeirinha, cada um levava a sua cadeirinha. Alguém colocava um lençol esticado ali e projetava. Este era o cinema. A gente ficava assistindo. Eu sou desta época.

P/1 – Como foi a sua trajetória educacional? Você fez esta primeira escola no Largo do Cambuci, como era o nome dela?

R – Oscar Thompson.

P/1 – A senhora fez o primário lá.

R – Fiz. Depois em seguida eu entrei na Carlos de Campos, que tem lá no Brás – e fui fazer parte das artes aplicadas que tinha lá. Ia desde o ginásio, que era na época, até terminar... Na época falava o quê? Colegial, não lembro como chamava.

P/1 – Científico, Clássico e Normal.

R – Mas lá era uma escola técnica, né, e eu fiz artes aplicadas. Então desde o ginásio até lá eu fiz na Carlos de Campos.

P/1 – Ficou mais longe de casa.

R – Era longe e era período integral. A gente tinha no período da manhã o conteúdo curricular e na parte da tarde era sempre voltado para artes.

P/1 – A senhora passava o dia lá.

R – É.

P/1 – Que lembranças a senhora tem desta escola?

R – Só belas lembranças. Porque a gente tinha aula de pintura a óleo; tinha cerâmica; tinha trabalho com corda; tinha desenho artístico; tinha pintura em porcelana. E tinha toda esta parte de economia doméstica. Porque naquela época a formação das meninas – era um colégio só de meninas – então tinha a parte de enfermagem, puericultura, que chamava. Aprendia a cozinhar; aprendia a costurar.

P/1 – Esta escola era mantida por quem?

R – Do Estado.

P/1 – Do Estado.

R – Era pluricurricular, era uma experiência na época piloto, de integral com currículo completo. Era uma escola muito disputada, por sinal.

P/1 – E como a senhora entrou?

R – Estes vestibularzinhos.

P/1 – Admissão?

R – Isto mesmo, esta é a palavra: exame de admissão.

P/1 – A senhora era muito estudiosa?

R – Eu sempre fui. Sempre. Eu me lembro que quando criança lia coleções inteiras do Machado de Assis, José de Alencar. Todas as obras mais clássicas eu lia desde que aprendi a ler. Quando eu tinha onze anos, nesta época que fiz a admissão, acho que já tinha lido coleções inteiras. Gostava muito de ler, desde criança. Tanto é que meus presentes foram todos livros. Falavam: “o que você quer?”. Eu falava: livro. Então, sempre gostei muito de ler, ainda gosto.

P/1 – Neste momento, nesta escola, a senhora chegou a pensar o que iria ser quando crescer?

R – Eu queria seguir a parte de artes, mesmo, alguma coisa voltada para arquitetura, design. Hoje esta palavra design não existe. Mas, Belas Artes, eu queria seguir a parte das artes.

P/1 – Seus pais aceitavam isto?

R – Aceitavam normalmente. Mas houve um desvio. Quando eu tinha uns 17 anos de idade uma vizinha minha, que sabia que eu fazia todas estas coisas, disse assim: “ah, eu trabalho num hospital psiquiátrico. Você não quer ir lá conhecer? Eu acho que você vai poder ajudar muito lá”. E ela tomava conta da terapia ocupacional de lá.

P/1 – De onde?

R – Um hospital psiquiátrico em Guarulhos. Aí eu disse: “ah, eu vou lá”. Depois eu fui uma vez e falei: “eu acho que dá mesmo pra eu trabalhar”. Então, eu estava no último ano do colégio – vamos chamar assim – eu tinha 16 para 17 anos. Quando fui lá me identifiquei tanto com os loucos e eles comigo... (risos)

P/1 – Que sinais foram emitidos para que este reconhecimento existisse?

R – Amizade, companheirismo, cumplicidade, afinidade, alegria de estar junto. (risos). Hoje eu diria isto. Quando eu chegava na sala de TO (Terapia Ocupacional), que era um grande salão, eu entrava de manhã cedo os loucos já vinham com toda aquela alegria. Louco é alegre, espontâneo, não esconde nada; fala tudo que pensa, que sente. Os médicos sempre falavam pra mim: “a gente olha pra você e pensa: será que ela é daqui? Será que ela está internada?”. Havia uma afinidade. (risos). Mas não foi isto que me fez pensar em trabalhar no social, isto fez também, mas com a idade de 16, 17 anos, eu vi várias situações de pessoas em sofrimento. Estes manicômios, assim: é um sofrimento mesmo. E eu nunca tinha visto tamanho sofrimento concentrado num lugar só e isto me marcou bastante, porque era um mundo que eu desconhecia. Para o meu primeiro emprego, assim, oficial, porque eu já tinha trabalhado em outras bobagens: consultório de recepcionista; ficar marcando horário. Bobagenzinha. Trabalho mesmo foi este e eu trabalhei lá dois anos. Estes dois anos fizeram que eu pensasse que aquilo que eu queria fazer não tinha muito sentido. Tinha sentido para mim, mas não tinha sentido para o mundo. Tinha sentido só para mim, porque era minha expressão artística. Mas e daí, né? Aí quando eu vi que a minha arte e habilidades podiam servir para uma outra coisa – eu não tinha pensado nisto, mas quando eu fui lá eu vi que ensinar a pintar era fazer com que alguém ficasse melhor; se eu ensinasse a trabalhar na argila alguém ficava melhor. Isto despertou em mim. E a outra coisa que me despertou é que eu não sabia que eu tinha tanta facilidade de lidar com pessoas. Porque eu estava sempre só lidando com a arte. Arte é eu comigo, né? Praticamente. É eu pra fora, mas não é eu com o outro.

P/1 – A senhora trabalhava com estas pessoas aquilo que tinha aprendido na escola?

R – Sim, aí vinha um assim e ficava olhando e eu pensava: “acho que pra ele eu vou dar este trabalho com corda”. Aí vinha outro e eu pensava: “ah, vou ensinar argila”. Outro eu pensava: “acho que é melhor pintar”. Diariamente eu tinha que ter uma certa empatia com quem eu ia trabalhar. Tinha que sentir o outro pra saber o que era bom para o outro. Então isto desenvolveu algo que eu não tinha desenvolvido com intensidade. Exigiu de mim, mas eu vi que eu tinha – quando eu comecei a interagir com o outro – capacidade de lidar com pessoas. O que era uma novidade. Além de saber lidar com a arte eu sabia lidar com pessoas.

P/1 – Sobretudo pessoas em situações limite, né?

R – É. Pessoas que as pessoas normalmente não saberiam conversar. Não saberiam, não teriam empatia nem facilidade de comunicação. E eu vi que facilmente eles me tomavam como confidente, como companheira. Não me viam como um ente estranho. E aí uma assistente social que trabalhava lá começou a pedir a minha ajuda. Ela dizia assim: “o fulano de tal que eu to trabalhando eu to precisando de tal informação”. E eu comecei a virar alguém da equipe técnica. Mais porque eu tinha proximidade das pessoas, pois eu não era assistente social, nem médico psiquiátrico, nem psicólogo, no entanto eles me tomavam como confidente. Isto fez com que eu fosse chamada em vários estudos de caso e comecei a participar destas discussões, de diagnósticos dos casos. Mais pelo que eles expressavam na arte. Através da arte eles iam mostrando coisas que eles não mostrariam em sessões de terapia. No final, eu conversava muito com psicólogo, com o assistente social, muito com o médico (\_\_\_), muito com o médico psiquiatra e acabei virando uma ponte. E isto fez com que eu pensasse em fazer uma outra carreira que não a arte.

P/1 – A senhora tratava com um grupo (discriminado?), todo mundo, ou com grupos específicos?

R – Dentro do hospital? Dentro do hospital grupos que eles já traziam para a sala de terapia ocupacional. Já não estavam tão dopados; estavam em processo mesmo de terapia.

P/1 – Como era o nome do hospital mesmo?

R – Acho que era Guarulhos mesmo, Hospital Psiquiátrico de Guarulhos.

P/1 – E a senhora manteve a sua vida escolar enquanto fazia este trabalho?

R – Sim. Eu trabalhava até mais ou menos duas horas da tarde e o último ano era de estágio mesmo. Eu tinha que cumprir horas de estágio no terceiro ano do curso técnico. Eu tinha um bom salário, mas também contava como estágio. Estágio aplicado do que eu tinha aprendido.

P/1 – O que a senhora decidiu fazer depois deste período?

R – Serviço social. Eu resolvi fazer assistência social que era, há 40 anos atrás, isto era, vamos dizer assim, um curso muito novo. Estava começando, tinha poucos alunos ainda. Mas eu fiquei muito interessada e fui atrás. Encontrei e fiz vestibular na PUC de São Paulo; passei. Era a única faculdade que tinha na época serviço social. Foi isto que deu uma desviada.

P/1 – Durante o curso de Serviço Social que tipo de atividade a senhora manteve paralela?

R – No primeiro ano eu passei no concurso da prefeitura. Meu primeiro trabalho foi lidar com calamidade pública. São Paulo tinha muita enchente, naquela região da Mooca, do Brás, do Ipiranga. Cambuci também tinha, um pouco mais perto do (INSS?), lá embaixo. Então tinha muita inundação. Aí trabalhava só com parte de calamidade pública que era resgate de pessoas de casas inundadas. A gente ia, cadastrava, levava para um acampamento ou pra algum lugar que fosse ficar alojado. Depois tinha que arrumar local pra morar.

P/1 – Nós estamos falando de que ano?

R – Sessenta e o quê? Sessenta e nove. Acho que é por aí.

P/1 – Mais do que isto.

R – 1970? Porque eu me formei na faculdade em 1973.

P/1 – Esta experiência com pessoas em situações de calamidade.

R – Esta foi a primeira. Eu fiquei quatro anos na prefeitura e na sequência fui trabalhar só com populações que estavam morando – estava construindo a Imigrantes, ia começar aquela rodovia que ia atravessar a montanha e tinha muita gente que vinha do Nordeste. Muita mão de obra. Ali no Brás tinha a (CETRAN?), que era um centro de triagem dos que chegavam do Nordeste; chegavam de trem; chegavam não sei da onde. E lá tinha um centro de triagem e tinha a (\_\_\_) e a CONSTRAN, que eram duas grandes construtoras que estavam construindo a Imigrantes. Nesta época foi feito um tipo de consórcio intermunicipal entre São Paulo, São Bernardo do Campo, Diadema; vários que estavam fazendo o quê? Assentando as pessoas que iam trabalhar naquelas obras. Criando canteiros de obras, mas canteiros que depois – a obra durou uma década; duas décadas, sei lá – muita gente foi criando vila, cidade, família, nascendo, morrendo. E as prefeituras estavam muito preocupadas porque ninguém tinha registro de nascimento; ninguém mais sabia quem estava lá, quem não estava mais. Quem morreu; quem foi embora; quem ficou. Tinha que fazer um censo. Então, foi feito este censo que foi descendo; indo daqui do Jabaquara pra Diadema, Piraporinha. Fazendo o censo e indo até Alvarenga, que é São Bernardo do Campo. Então o que nós fazíamos? Tínhamos que cadastrar quem morreu. “Onde você enterrou? Como chamava a pessoa? Quantos anos tinham?”. Tinha que criar as certidões de nascimento e de óbito pra criar o primeiro cemitério de São Bernardo, que era pra não ficar um monte de gente enterrada em qualquer lugar. E outro foi o censo pra fazer a certidão de nascimento. A gente pegava, punha a bota, chapéu, prancheta na mão e vamos descer a serra!

P/1 – Literalmente: ir a campo.

R – Nós tínhamos que fazer este levantamento e depois implantamos posto de saúde; criamos escola. Fomos criando a infraestrutura para as pessoas poderem viver e criar um registro de quem era, quem não era. Fazer carteirinha de vacinação; porque tinha muita doença.

P/1 – E as condições de vida destas pessoas?

R – Era horrível! Porque a serra era muito úmida; chove todo dia; é barrancão e tinha muito animal naquela região. E a gente quando ia trabalhar lá tinha que se virar; então levava lanche, mas as pessoas nas casas queriam oferecer alguma coisa pra comer, pra tomar. E era impossível não aceitar. Então tinha que ficar com eles mesmo.

P/1 – Este levantamento foi feito pra que finalidade?

R – Pra criar posto de saúde; vincular as pessoas, referenciar naquele posto. Fazer vacinação. Pensar quantas escolas eram necessárias. Fazer o cemitério, como eu falei. Foi organizar. Este foi o segundo trabalho que eu fiz na Prefeitura de São Paulo. Depois, no terceiro ano da faculdade, eu passei num concurso da Santa Casa, num asilo no Jaçanã. Um asilo enorme. Tinha 700 idosos; todos abandonados pela família. Estes idosos, da Santa Casa, eram assim a família levava no hospital e abandonava. Então não eram só idosos: paraplégicos, doentes. Tinha muito leproso, muito tuberculoso. E a família abandonava. Então, meu terceiro trabalho foi neste centro de pessoas abandonadas. Na Serra da Cantareira, no Jaçanã. Era outro extremo, São Bernardo era aqui, eu trabalhava neste local.

P/1 – A senhora continuava morando na Aclimação?

R – Não, eu já tinha mudado para o Jabaquara. Para facilitar, mas aí ficou longe. Mas era mais complicado porque eles estavam construindo o metrô de São Paulo. Então eu ficava do Jabaquara até não sei onde, toda rasgada. Tinha muita dificuldade pra chegar no Jaçanã. Eu tomava quatro ônibus pra chegar no Jaçanã. Pra entrar sete da manhã.

P/1 – Que horas a senhora saía de casa?

R – Quatro e meia. Você já pensou? Mas neste local o que foi bom pra mim? Eu nunca tinha trabalhado com pessoas deficientes visuais. Porque lá tinha muita gente que não enxergava bem ou era totalmente cego. Idoso. E por doença também tinha ficado cego. Esta também foi uma experiência muito marcante. E a outra foi trabalhar com idosos. Como eu tinha tido os quatro avós em casa eu tinha facilidade de contato com os idosos. Aí eu vi que com os velhos também era fácil. Era louco, velho. (risos)

P/1 – A senhora tinha um bom cabedal de conhecimento sobre o sofrimento humano, nesta altura da sua vida.

R – Isto sempre me chamou atenção. Outro dia eu tava contando que quando eu tinha uns quatro, cinco anos de idade a minha família não deixava eu ficar sentada no portão da minha casa porque se passasse alguém pedindo alguma coisa eu corria pra dentro pegar o que tivesse na frente. E na época tinha Sanatorinhos, não sei se você lembra, de Campos de Jordão, que recolhia comida, roupas. Eu sabia o dia que as freiras iam passar e já juntava tudo, sabe? Pensava: “isso acho que é bom; isto (\_\_\_)”. Já preparava. Então a minha família ficava preocupada porque quando algo desaparecia era porque eu já tinha dado tudo.

P/1 – Já se aproximando o final do seu curso de graduação a senhora pensava em fazer o quê? Continuar no serviço público?

R – Certamente Serviço Social eu tinha visto que era meu negócio. Não era só uma questão profissional, mas parece que era algo mais; era uma coisa minha mesmo. O serviço social era uma área que não só eu academicamente tinha gostado, mas era uma coisa que eu tinha afinidade pessoal. Então era profissionalmente (\_\_\_). Quando eu me formei fiz o primeiro concurso que tinha público. Em 1973 foi a inauguração da FEBEM (Fundação do Bem Estar do Menor). Eu sou a funcionária número nove da FEBEM de São Paulo, da primeira equipe de técnicos da FEBEM. Entrei e lá fiquei 27 anos.

P/1 – Agora você cuidava de menores, depois de passar por todo este leque de atividades.

R – Fui. Mas tem uma característica em todos. Oh, o manicômio, o hospital psiquiátrico, é privação de liberdade; o asilo de velhos naquele local, na serra, era privação de liberdade. Depois quando fui para a FEBEM era uma privação de liberdade. Aí eu descobri que eu sempre tive lidando com pessoas privadas da liberdade, por esta ou aquela razão.

P/1 – E como era a concepção da FEBEM nestes primeiros momentos? O que se pretendia fazer? Quais eram os conceitos norteadores?

R – Foi o período mais fechado do regime militar. Isto vai apertado até 1979, quanto tem o novo código de menores. Mas já em 1975 havia um movimento muito forte, até liderado por Cecília Ziliotto, Marrey e outros que levavam uma proposta de que o adolescente não deveria ser trancado nas masmorras junto com adultos, que não podia ser como era. Então quando a FEBEM é criada ela já vem com o propósito de separar adultos de adolescentes e também já vem com propósito de não tratar os adolescentes da forma como tratavam. Quando nós chegamos a nossa primeira equipe, nós assistimos a saída dos militares, a saída mesmo, eles saindo e a gente entrando e começando a implantar um novo trabalho. Eu pude ver pessoalmente tudo o que os militares faziam com os adolescentes lá no Tatuapé. Porque eu comecei no Tatuapé.

P/1 – Que era um grande complexo.

R – Já era. Uma grande prisão.

P/1 – Quantos menores havia?

R – Não, quando eu cheguei lá não era tanto, eram 380 mais ou menos. Isto em 1974, por aí. Porque eu me formei e já entrei. E a unidade onde eu fui era a mais fechada. Onde eles me colocaram pra trabalhar era só de grau grave. Então era o lugar mais fechado. Porque eles queriam a partir dali modificar o atendimento ao adolescente. Então, eram prisões com aquelas paredes muito grossas, tudo feito de pedras. Nem bem era concreto, era pedra mesmo. A primeira que eu fui trabalhar.

P/1 – E a senhora foi trabalhar efetivamente no quê? Quais eram as suas responsabilidades?

R – Era o atendimento ao adolescente e seu vínculo com a família. Era do serviço social mesmo. Porque ali era assim: quando o adolescente era preso era a ruptura total com a família. Ele podia ter onze, doze. Não tinha idade; era a situação irregular. Não existe esta de 14 anos. O código do menor, de 1979, começa a colocar a idade de 14, mas antes não tinha nem idade. Era tudo misturado. Mas no grau grave eram já menores de 16, 17 anos de idade.

P/1 – Como a senhora se relacionava com eles?

R – A primeira equipe que eu fui trabalhar era muito boa. Tinha sido muito bem selecionada. Tinha um pedagogo, médico psiquiatra, tinha eu. O Estado nunca tinha assistido uma equipe trabalhar. Nós éramos tipo um laboratório e nós mesmos não tínhamos nenhum modelo. A gente tinha que criar como ia ser. Logo esta equipe foi desmembrada. A gente ficou meses assim, porque cada um foi tomar conta de uma unidade, para modificar o conjunto do complexo Tatuapé. Eu fui encarregada técnica do setor de recepção da polícia. Tem um setor aonde os camburões chegavam e desovavam. Eu era a encarregada técnica da recepção. Meu horário de trabalho era das sete da noite as sete da manhã, que era o horário que os camburões vinham das delegacias e jogavam tudo lá. Então tinha bebê, criança de dois anos, seis anos, dez anos, 15 anos. Tudo misturado. O camburão chegava assim e a gente tinha que fazer o discernimento. Este foi meu primeiro serviço mais bruto, vamos dizer. Porque o outro, a gente estava criando a metodologia de atendimento. O que faz um pedagogo aqui? O que faz um psiquiatra? A gente nem sabia. Então,

na época a Maria Ignez Bierrenbach que nos orientava tecnicamente. E o João Benedito de Azevedo Marques era o presidente da FEBEM. O primeiro presidente. E a gente tinha um trabalho de começar do zero. A gente não sabia o que era um atendimento multidisciplinar numa unidade de privação da liberdade de adolescentes. Imagina isto, em 1973.

P/1 – Mal comparando é construir o avião enquanto voa, né?

R – O avião estava voando. Mas era pra realmente começar a criar do nada. Porque não tinha estes estudos que tem agora, não tinha ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), não tinha nada.

P/1 – Que método vocês adotavam pra construir esta nova metodologia de atendimento?

R – Do serviço social mesmo, que eu comecei a fazer, foi a entrada das famílias, ver o nome das famílias, dar orientação, atendimento. E também começamos a procurar os meninos que estavam há anos sem ver a família, começar a restabelecer um vínculo. Levar, passar o final de semana, voltar. A gente fazia almoço com as famílias. Começamos a resgatar vínculos familiares. Uma coisa muito difícil, sabe? Porque eles traziam do Estado todo e deixavam na capital. Traziam de Presidente Prudente, de Campinas, Sorocaba, Botucatu, Araraquara. Este trabalho era uma coisa complexa e difícil de fazer.

P/1 – O pessoal via resultados? Conseguia de algum modo algum resultado?

R – Resultados no adolescente mesmo a gente não via. O que a gente via era um resultado diferente na prática institucional. Então o esforço que nós começamos a fazer. Tanto é que depois a equipe que era de umas doze pessoas, cada um foi sendo encarregado de um departamento e foi criado um setor, vamos dizer assim, como se fosse um colegiado, que a gente se reunia e discutia como que ia... Então, eu fiquei na recepção, mas uma outra colega ficou logo na triagem. O outro ficou não sei onde. Cada um foi ficando num lugar, que depois eles viraram grandes departamentos. Onde eu fiquei depois virou um grande departamento. As educacionais viraram outros grandes departamentos. Nós que criamos a primeira Febem, lá nos anos 70.

P/1 – E foram espalhando este método pras outras unidades.

R – Fomos.

P/1 – Esta primeira levada da Febem foi criada ali na prática, na verdade.

R – Foi, foi na raça.

P/1 – E o marco legal que abrigava tudo isto, quer dizer, a gente está numa transição entre o código de menores de 1940 até o novo código que é de 1979. Como vocês transitavam?

R – Não se transitava, porque era um período de ditadura pesada. Você não tem espaço de discussão, de revisão da lei. Isto nem pense. Mas tínhamos que fazer. A gente não discutia, mas a gente fazia na prática mudanças no cotidiano. Com pouca coisa, mas a gente fazia mudanças. Por exemplo, eu lembro que a primeira vez que nós falamos: “nós vamos colocar mesa pra comer” – ninguém comia em mesa, comia na cela. “Nós vamos fazer um refeitório”. Eu lembro que quando nós criamos o primeiro refeitório foi feito mesa de concreto, tudo assim, aí ficou muito cimento e eu disse assim: “vou colocar a toalha de mesa”. Só pra fazer a mesa já foi difícil, quando eu falei que ia botar a toalha de mesa, caos. Um caos. E eles comiam com a mão. A primeira colher que eu quis introduzir foi uma guerra. Tudo era difícil.

P/1 – Sobretudo numa época que este trabalho podia ser visto como um beneplácito para estes bandidos, isolados do convívio social.

R – Era muito difícil. Estou contando rapidinho. Mas era assim, por exemplo: estava trabalhando neste local da recepção. A minha passagem, neste primeiro local que eu tava, que era esta visão mais pesada, eu tive uma discussão muito séria, porque um dia eu cheguei na unidade e o diretor tinha colocado todos os meninos – tinha um pedregulho no pátio – ele tinha colocado todos os meninos nus e fez todo mundo andar carregando uma mesa muito pesada dando voltas em cima das pedras, pra machucar os pés. Não satisfeito com isto ele encostou todo mundo no paredão, pegou aquele esguicho bem grande e ficou jateando eles. A equipe ficou bem louca. Eu fiquei mais louca ainda. Dia seguinte, quando eu cheguei, fui marcar meu ponto e não tinha meu cartão. Aí eu falei para o diretor: “pra onde que eu fui?”, já fui direto. Ele disse: “você foi trabalhar no período noturno, aonde os camburões chegam”. Que era o pior lugar. Você tinha que lidar com tudo quanto era situação; chegavam tudo ao mesmo tempo; e lidar com os policiais que vinham da rua. Ele falou: “você vai trabalhar lá”. Eu falei: “Eu vou”. Ele queria me castigar porque eu tinha protestado com o que ele tinha feito. Aí eu fui trabalhar neste lugar. Realmente ele conseguiu me castigar. Era duro trabalhar lá! Sabe quando você vê o sofrimento humano ali mesmo. Este lugar era difícil. Fiquei meses, mas depois, graças a Deus, veio um diretor que falaram que trabalhava bem, eu assisti a conversa. Este diretor falou assim: “Eu quero esta funcionária, ela rende muito, trabalha bastante”. Ele ofereceu pra diretora assim: “Ah, aqui você não tem nada. Eu posso te arranjar uma mesa de ping pong, uma TV”. E não sei o quê. Ela falou: “ta feito”. Eu fui trocada por uma mesa de ping pong, uma TV. (risos). Não acredita?

P/1 – E aí que atividade a senhora foi desempenhar?

R – Eu fui pra o setor de triagem, que eram sete pavilhões com quase três mil adolescentes. Que era o que vinha depois de mim; era o espaço seguinte. Onde separava por idade. Não eram só adolescentes; tinha setor de criança até seis anos; de seis até dez menino, menina. Infrator primário, reincidente. Seis grandes pavilhões.

P/1 – Por mais que a senhora tivesse esta preocupação social como era se deparar com um quadro deste tamanho, uma escala desta magnitude. Não se sente importante, não?

R – Eu olho pra trás, penso assim: ou eu era muito babaca, panaca; não sacava que tava no lugar errado. Eu nunca pensei isto. Interessante que eu nunca pensei. Eu sempre pensava: vocês vão ver que eu vou mudar. E eu fiquei com uma obsessão que eu ia mudar que fui até o fim com isto. Porque deste local de triagem eu fui técnica; fui encarregada técnica; fui diretora de unidade; fui diretora de divisão. A divisão eu tomava conta daquele local onde eu trabalhei primeiro, mas esta triagem, outra triagem. Havia várias triagens. A Imigrantes, a Raposo Tavares. Eu fui diretora geral de todas as triagens. E realmente eu mudei. Depois, tem mais um – que eram unidades educacionais onde ficavam internados. Que a triagem tira; alguns vão pra casa e tal. Nessa outra também, quando fui trabalhar na outra, que era a etapa seguinte, eu pensei: “Eu vou mudar isto daqui”. Aí eu fui também técnica, encarregada técnica, diretora e diretora de divisão. Aí também fiz grandes mudanças.

P/1 – E como foi esta compulsão pela mudança? Certamente sozinha não fez nada. Foi criando cumplicidades, equipes, relações de confiança. Como foi?

R – Eu geralmente chego sozinha no lugar. Aí vai pegando um, dois. É um por um mesmo. Tem que ganhar a equipe. Ganhar, montar a equipe, ganhar confiança. Acho que muito mais pelo trabalho e pelo exemplo do que qualquer outra coisa.

P/1 – E foram momentos críticos. A senhora certamente deve ter encarado rebeliões.

R – Eu, agora, perto de 60 anos, olhando pra trás: só críticos.

P/1 – Todos eles eram críticos.

R – Só críticos. Não teve um caso sequer que eu diria pra você que não foi crítico. E não é que eu fico escolhendo situações críticas. Elas me escolhem. Fazem isto. Mas só críticas. E quando vai ficando bom eu vou pra etapa seguinte. Eu tava dizendo assim: que eu era encarregada técnica, aí ficava crítico e diziam assim: “você tem que ser diretora”. Ficava crítico e ia pra divisão. Ao final, no último estágio meu, vamos dizer, eu fui assessora do Governador Mário Covas, naquela grande rebelião que teve, na Imigrantes, que ele passou o trator. Ele puxou pra si a presidência da Febem. Ele ficou presidente da Febem. Na ocasião que ele virou presidente da Febem ele me chamou pra ser a assessora especial dele pra Febem. Então eu fiquei com ele presidente da Febem.

P/1 – Como foi descascar aquele pepino?

R – Também a mesma coisa. Cada dia, cada coisa. Tudo ao mesmo tempo, mas cada coisa no seu lugar, no seu tempo.

P/1 – Ali, pelo menos, a senhora tinha um governador que se preocupava fortemente com esta questão. Mas nestes primeiros momentos que a senhora está relatando vivíamos num regime fechado.

R – Igual. Sempre é igual. A complexidade é a mesma. Só a intensidade e o volume que é diferente. Mas a complexidade é a mesma. Eu só vejo que só mudam os atores. E muda também o volume e a intensidade. No entanto eu diria que a complexidade – tanto faz tomar conta do Iapen, ou do Ise, desta Secretaria – a complexidade é que é a questão. O que é a complexidade? Os vínculos, as interfaces. As vinculações que existem entre um fato singular e a complexidade maior da sociedade. Os atores, as forças, os poderes. A complexidade é a mesma. Só muda da onde que você começou. Se você começou daqui ou começou de lá. Mas a complexidade é a mesma.

P/1 – O segredo é saber como incidir, assim, neste contexto.

R – Eu acho que esta análise que este estudo faz. Porque é assim: o que acontece na singularidade da vida de uma pessoa, ou de um fato, com aquilo inserido num contexto, vamos pegar assim: uma unidade sócio-educativa inserida dentro de um instituto sócio educativo; e este instituto está inserido dentro desta secretaria, com a sua complexidade, outros atores e tal. E a secretaria na complexidade do Estado. O Estado na Nação. Entender como se dão estas vinculações que eu acho que é o segredo. Se você descobre isto sabe agir. Agora, se fica tendo uma visão muito fenomenológica, ou muito, assim: como se fossem fatos isolados sem vinculações com o todo. A relação da parte com o todo. Se não conseguir fazer esta leitura, eu acho que erra bastante. Mas se souber fazer esta leitura eu acho que não erra tanto. Isto é muito diferente? Não, não é. Se você aprender a lidar com isto você sabe lidar com outras coisas também.

P/1 – A senhora acredita que neste campo nós avançamos. Estou falando do ponto de vista geral. No país a gente avançou no trato desta questão tão delicada?

R – Eu acho. Acho que o mundo. A civilização avançou. A ecologia já é uma visão sistêmica. E também é uma visão dialética. Eu acho que esta visão das múltiplas faces. Que as coisas são multifacetadas, que tem múltiplas determinações, que os fatos não são isolados, que existe uma vinculação muito íntima entre as partes e o todo. E que não dá pra entender o todo sem entender as partes, mas também não dá pra entender as partes, o significado das partes sem entender o todo. Esta forma de pensar está avançando na humanidade. A visão mais holística. A visão mais ecológica. A visão de que o homem e a natureza estão ligados. Esta interdependência. Este pensamento na humanidade está avançando. Este avançando que a própria civilização, a humanidade vai fazendo, vai refletindo nas práticas institucionais. A internet ajuda isto, a televisão, a TV a cabo, os jornais. Avião que leva uma pessoa daqui pra lá: você vem de lá pra cá ou daqui pra lá. Tudo isto ajuda as pessoas terem uma dimensão ampliada das coisas e da conexão entre as coisas. E esta interconexão entre as coisas permite mudar as práticas institucionais. Ninguém mais se

sente sozinho porque nem tem como ser sozinho. É tudo tão interconectado. Acho que isto é bom. Isto ajuda, sim

P/1 – Até chegarmos nisto o caminho foi árduo. Na sua trajetória tem muito de construção, muito de colocar em prática aquilo que não existia. Que foi concebido e experimentado na hora do “pega pra capar”.

R – Muito pra inovar. Mas ao mesmo tempo parece que não precisa inovar nada. Só tem que pegar o que tava lá e juntar. Dar sentido ao que estava lá. Então, vamos pegar este prédio aqui. Você sabe que este prédio aqui é igualzinho, eu não ampliei nada. No entanto o Cássio já viu. O prédio que eu peguei há um ano atrás e este daqui é o mesmo prédio, mas o que eu fiz? Eu fechei uma porta, abri outra porta. Se você olhar está cheio de pilar. Fui abrindo. Então é pegar o que ta aqui, olhar pra ele e dizer assim: isto aqui não dá pra ser melhor do que é? E aí fazer ele ficar melhor. Parece que é saber ler. E uma outra, que eu acho interessante no Acre, é que parece que já está todo semeado e que se eu jogar água nela brota rapidinho. Então, basta desejar. A água é o desejo. Basta desejar e se determinar a fazer. O resto vem.

P/1 – Antes que nós cheguemos no Acre. O que aconteceu neste período que a senhora trabalhou com o governador Mario Covas? A senhora decidiu ficar em São Paulo? Continuou a sua carreira no estado?

R – Vou fazer resumo, porque daí pra frente disparou muito. Eu fui chamada pra fazer parte do grupo que desativava o Carandiru, o Tatuapé, o Raposo Tavares e o Imigrantes. Então, o Governador Mario Covas falou pra desativar todos estes monstros. “Façam um projeto”. A gente ficou trabalhando na desativação de tudo isto. Aí eu cansei porque este trabalho não é fácil. Porque desativar significa mudança de concepção, quebra de paradigma, enfrentamento de pessoas que não querem mudar, jogos de poder. Denso, né? Porque tinha que desativar a Febem e o Carandiru simultaneamente. Coisa pra doido. Era só Mario Covas mesmo. Então, não tinha dia, não tinha noite, não tinha nada.

P/1 – A tua vida familiar neste processo?

R – Ah, não, nunca teve mesmo. Parece que foi sempre assim, bagunçado. Então o que aconteceu? Quando o Covas morreu eu falei: chega! Ele já foi e eu também já vou. Peguei e mudei pro Paraná. Família, com casa. Eu vendi apartamento. Fui embora.

P/1 – Fazer o que no Paraná?

R – Pra fugir de São Paulo. Eu não queria mais São Paulo. Porque São Paulo era esta vida aí que eu te contei. E longa. Eu contei aqui em meia hora trinta anos. Não foi? Mais ou menos.

P/1 – Havia algum motivo pra ir pro Paraná e não pra Santa Catarina?

R – Ah, não. É porque lá tinha toda a família do meu marido. A minha sogra muito querida, meu sogro também. Aí eu pensei: vou pro Paraná.

P/1 – Pra onde?

R – Londrina. Bem, só que antes disto tem um pedaço que eu não contei: quando eu estava na Febem, a Maria Lucia Martinelli foi assessora da presidência da Febem e ela dizia assim pra mim: “nossa Laura, tudo que você tem de memória, da história da Febem, você tem que fazer um mestrado. Tem que sistematizar tudo isto”. “Ah, tudo bem, assim que eu sair eu vou”. Aí eu fiz a seleção, passei.

P/1 – Onde?

R – Na PUC de São Paulo. Durante o mestrado eu tinha que fazer seis disciplinas. Seis monografias, vamos dizer. Mas, como tudo que eu pego, eu disparei a estudar, disparei a ler e fiz doze disciplinas e doze monografias. Antes de apresentar a minha dissertação de mestrado, que era dezembro e em outubro já tinha seleção de doutorado e os professores diziam: “faça, faça”. “Ah, vou fazer. Mas como me matricular?”. “Não, até o dia da matrícula a gente já te deu a conclusão do mestrado”. Entrei no doutorado, aí eu fui. Quando apresentei a dissertação do mestrado eles falaram assim: “pelo volume de estudo e tudo que você apresentou aqui nós vamos considerar mestrado e doutorado concluído”.

P/1 – Nossa, quem era a sua banca?

R – Vários professores lá. Aí eles tiveram que fazer mais uma banca porque eles iam dar. A minha nota menor era nove e meio, nas monografias. A maioria foi nota dez. Era novo pra eles também, mas eles acharam que era justo. Fizeram uma nova banca e a nova banca concluiu que eu estava com o doutorado concluído.

P/1 – Como era o título do seu trabalho?

R – O primeiro foi sobre “A trajetória jurídico processual do adolescente infrator”. Eu estava questionando a trajetória que eles faziam dentro da Febem. E o doutorado foi sobre a delinquência juvenil no Japão. Mas aí, preciso contar: a parte das disciplinas eles deram como concluído, mas claro, eu tinha que ter a tese feita. Eles disseram assim: “agora você prossegue o estudo e nós vamos conceder uma bolsa de estudo no exterior. Bolsa sanduíche Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Você vai passar por uma avaliação, mas claro, com as notas que você tem no mestrado e doutorado você vai conseguir. Aí eu passei nas provas para o Canadá, para a Espanha e para o Japão. Mas eu aceitei o do Japão porque eu também queria conhecer, vivenciar. Aí acabei indo pro Japão fazer o doutorado. Tinha que ter duas disciplinas no exterior: eu fui fazer universidade, perto de Kioto, em Nara, e fiquei lá três anos e meio. Isto entre terminar a Febem e Londrina.

P/1 – Só dedicada à vida acadêmica.

R – Só estudo, leitura.

P/1 – Sistematizando tudo o que a senhora tinha de experiência, mais o aprofundamento nos estudos, deve ter saído uma profissional aí..

R – Não deu muito tempo. Cheguei no Japão estava tendo um reboiço que muitos brasileiros estavam cometendo crimes lá. A embaixada vendo o meu currículo e vendo a minha entrada logo me chamaram. O embaixador me chamou e falou: nós estamos analisando a sua entrada aqui; estamos vendo teu currículo. Porque lá eles autorizam. Ou você vai trabalhar ou estudar. E são vistos diferentes. Pelo meu pedido eles viram e já me pediram uma tarefa oficialmente, do governo brasileiro. Que era pra eu identificar todos os brasileiros que estavam presos. Eles não tinham ideia de quem estava preso. Eles não comunicavam à embaixada e nem tinha uma lei que obrigasse a fazer isto. Então, o Homu-sho, que é o Ministério da Justiça de lá, eles queriam um brasileiro que fosse preparado pelo Homu-sho, pelo Ministério de lá, e que tivesse autorização do governo brasileiro pra entrar em todas as penitenciárias e fazer este levantamento. Eu levei praticamente três anos de prisão a prisão de lá. Outra vez fiquei presa: você vê que eu ia só estudar? Fiquei presa demais. E aí fiz este levantamento não só dos adolescentes presos, mas dos adultos também. Um censo geral.

P/1 – É riquíssima esta experiência, por que: que outra pessoa poderia fazer?

R – O currículo! Quando eles olharam falaram: Meu Deus, é ela!

P/1 – Esta é chave de cadeia!

R – (risos) Sabendo as duas línguas e atuante na área.

P/1 – Que experiência a senhora tirou disto? O que restou na alma depois de todo este pega, todas estas (\_\_\_), num país distante.

R – Bom, lá foi bom porque eu fiz tradução da lei, de manuais; fiz capacitação: fizemos intercâmbio dos funcionários do Homu-sho de lá, das unidades penitenciárias sócioeducativas de lá; vieram para o Brasil. Daqui foram pra lá, sabe, pessoas. E também criamos todo um sistema de prevenção da delinquência através das escolas japonesas. Eu acho que sobrou, sim, muita coisa boa.

P/1 – Deu tempo de estudar?

R – Não. Só de trabalhar. Mas como eu tinha as disciplinas terminadas. Eu só tinha duas disciplinas pra fazer lá; este deu pra fazer. Aí eu voltei, conclui.

P/1 – A senhora voltou quando?

R – Voltei em 1998.

P/1 – Pra defender sua tese.

R – Não, mas eu não consegui defender aqui. Na hora eu não consegui fazer. Fui fazendo outras coisas e fui defender em 2003, só. Eu pedi prorrogação porque tinha muito relatório, muito documento pra elaborar; tanta coisa pra fazer! Eu só fui mesmo, terminar, em 2003.

P/1 – E neste período, até 2003, que atividades a senhora teve?

R – Só fiquei fazendo acampamento com meus filhos. (risos)

P/1 – Dedicada a seus relatórios, dedicada a suas leituras e agora, finalmente dedicada à família.

R – Estes acampamentos também..

P/1 – Conta esta história.

R – A minha sogra e meu sogro têm uma chácara, lá em Açaí. Quando nós voltamos do Japão eu queria que meus filhos vivessem com os avós, tal como eu tinha vivido. E eles sempre viveram na cidade e eu queria que experimentassem uma vida do campo. Então fui morar lá com os avós: o (didhanba chan?), avós fala (didhanba chan?) para os meus filhos experimentarem. Chegando lá meus filhos trazem notícias de adolescentes que estavam usando drogas, fazendo coisas. Aí o Arnaldo vinha e falava – como este assunto para ele era muito familiar, meu filho mais velho vinha e falava: “mãe, tem menino usando droga na escola”. Eu peguei e falei assim: “traz este menino aqui”. E começamos a conversar, a ficar amigos. E eu inventei com eles; pensei em fazer uma atividade. Era falta do que fazer. Aí eu falei: vamos fazer! Tinha sete meninos. Com estes sete eu inventei que a gente ia fazer um acampamento; ia convidar outros meninos iguais, e a gente ia começar. Bem, eu já estava fazendo atividade sócioeducativa. Mas este era meu intervalo, de brincadeira. Só que este acampamento deu certo. No primeiro que eu fiz vieram 45 meninos. No segundo acampamento vieram quase 80 meninos. Terceiro: 120 meninos; quarto: 175.

P/1 – Isto tudo em Açaí?

R – É. No último tinha 230, uma coisa assim. Aí nós fizemos banda. Fizemos grupo disto, daquilo. A gente alugava o teatrinho da cidade para fazer apresentação, fazer show. E começou dar uma outra cara para os jovens da cidade.

P/1 – Que tamanho tinha esta cidade na época?

R – Quinze mil habitantes, doze? Mas eu sei que eu mobilizava. Por quê? Eu chamava todas as mães pra ajudar a fazer café da manhã, almoço, jantar. Pra ajudar a cuidar das crianças. Assim eu reunia as mães, fazia palestras, falava. (risos).

P/1 – Ta no sangue...

R – E os meninos se transformaram. Praticamente destes sete, todos são assistentes sociais, pra você ter uma ideia. E são rapazes, mas fizeram serviço social porque quiseram seguir a carreira que eu tava seguindo.

P/1 – A sua situação, mesmo na vida no campo acabou virando uma atividade tipicamente urbana; tipicamente profissional do ponto de vista da sua formação.

R – E eu queria só ajudar a resgatar os sete meninos que eram amigos dos meus filhos, quer dizer, ficaram amigos dos meus filhos pela preocupação que o Arnaldo, meu filho mais velho – ele tinha uma preocupação, ele ficava preocupado com estes adolescentes. Na verdade eu achei que era muito bonito o que ele estava querendo fazer, mas queria também mostrar como fazer. Acabei mostrando fazendo.

P/1 – E a continuidade desta atividade como se deu?

R – Depois que eu fui pra Londrina, eu estava em Açaí, né, estudando, escrevendo. Fazendo a tese, escrevendo. Aí fui pra Londrina, porque o Arnaldo tinha entrado na faculdade em Londrina. Eu falei: “vamos pra lá que é melhor pra estudar, pra tudo”. Só que ele resolveu fazer um concurso em Londrina e foi trabalhar na ação social. Estava no sangue também. Quando saiu o resultado e ele foi se apresentar, era uma prisão! (risos). Onde ele tava! Ele trabalhava lá também! Ele voltava pra casa e falava assim: ‘nossa, hoje teve uma rebelião! Hoje fizeram isto, fizeram aquilo’. Eu falava: “rapaz, isto aí está perigoso”. Pelo pouco que ele me falava eu falei: “isto aí está pra arrebentar”. Comecei a ficar muito preocupada e comecei a ir ver o lugar que ele ia trabalhar. Até que um dia teve uma mega rebelião lá e eu entrei na unidade; fiquei na cozinha ajudando a fazer lanche, não sei que lá. Enfim, eles descobriram que eu existia e tinha este currículo. O juiz da cidade. O juiz me nomeou interventora sem me consultar. Eu vi pela TV. Eu fui nomeada interventora desta unidade prisional que estava em constante rebuliço, como interventora. Eu não tinha pedido; eu não queria, nem nada. Quando vi fui direto falar com ele. Tinha uma promotora que tinha feito a coisa acontecer. Como era o nome dela mesmo? Edna! Ela disse: “não, por favor, você precisa ajudar. Não recuse”. Eu falei: “não, não quero”. Peguei um carro e fui pra Curitiba. Por quê? A unidade era do executivo. Não tinha nada ver com o judiciário. E tinha um tal de Secretário, que era o padre Roque, que também sempre estava me chamando pra trabalhar lá. Eu fui pra Curitiba e falei assim: “eu não vou ser interventora de coisa nenhuma”. Ele disse: “Não, mas o governador está precisando. Falamos com o governador e ele quer que você seja diretora de lá. Por sinal, você já está nomeada diretora”. Ele me mostrou o documento. Só tinha três horas de diferença com o outro. Um eu tinha sido interventora e no outro tinha sido nomeada diretora. Nenhum dos dois consultados. Chegamos lá às seis horas da tarde, o procurador geral, doutor Olímpio, nos recebeu e falou assim: “olha, a gente vai falar com o governador, mas não tem como refutar, amanhã já está em diário oficial.

P/1 – Em vista do fato consumado.

R – “Não, fique 90 dias”. “Está bom, então vou ficar 90 dias. Vou ficar como diretora, porque interventora não tem autoridade que um diretor tem. Então ficarei como diretora. Faça um jeito de revogar o que o Ministério Público e o Poder Judiciário fizeram”. Fiz um termo de ajuste de conduta entre o executivo e o Ministério Público, e no ajuste acertaram que eu ficaria lá por três meses, como diretora, com endosso do Ministério Público. Um acordo, um aceite. Em 90 dias a gente reformou o prédio, capacitou as pessoas. Quando eu falei: “agora, vamos embora”. “Não, não dá. Eles tem que saber como funcionar”. Eu falei: “Está bom. Eu fico mais 90 dias até todo mundo saber como trabalhar. Quando deu estes mais 90 eles me chamaram pra ser diretora técnica do sistema do Paraná. Só que ele disse assim: “Só que tem uma situação. Nós temos esta unidade aqui, que você está arrumando, mas tem uma outra, que chama São Francisco, que continua com rebelião. Tem uma outra em Foz do Iguaçu”. Tinha morrido sete aqui, dois ali. E tinha rebelião em Paranavaí; tinha em Ponta Grossa. Olha, o Estado estava desmoronado. “Você precisa ajudar”. “Está bom, vou ajudar. Ajudar a implantar as dezessete; arrumar as dezessete”. Fiquei três anos arrumando as dezessete. só que o período que eu estou lá arrumando o vice Governador do Acre vai visitar o Paraná pra saber como o Paraná estava saindo do buracão que eles estavam entrando aqui, era 2004.

P/1 – Na verdade este trabalho já começou a ser visto. Já tinha visibilidade.

R – Tinha muita visibilidade na época. Eu já tinha arrumado São Paulo; então meu nome já era conhecido em Brasília. Quando eu fui para o Paraná acompanharam as observações nos jornais. Quando o governador daqui [Acre] foi a Brasília dizendo: “onde é que eu posso recorrer e quem é que pode me ajudar”, já mandaram direto para o Paraná. Isto foi em 2004. pediram pra gente mostrar o trabalho. Como ele em 2006 foi eleito governador, ele já nos chamou pra ajudar aqui. Resumo do resumo.

P/1 – Como foi este primeiro contato? Que impressão causou este então vice-governador que estava interessado em conhecer o trabalho que vocês estavam desenvolvendo.

R – Não, era visita. A gente recebia muita visita. A gente recebia visita todo dia, todo dia. Não sei o que era aquilo. Uma peregrinação. Mais um,

né?

P/1 – Talvez pelos resultados que mostrava. Mas também porque (\_\_\_) de vir pra cá.

R – Não, isto é 2004. Ai ele começou a nos convidar como consultores, assim, só vinham eventualmente aqui pro Acre. A gente vinha pra uma capacitação, pra uma reunião, pra uma orientação. E nossa relação foi se aprofundando.

P/1 – O que você encontrou aqui das primeiras vezes? Como era o quadro que se apresentava?

R – Principal era um governador, um governante preocupado com os adolescentes, com as unidades socioeducativas. Sinceramente preocupado. Isto já era interessante. E a outra era a facilidade de articulação dos poderes. Aqui existe uma proximidade, uma facilidade de sinergia. Há também, como há vontade do governador, todo mundo se articula, assume, foca e vai. É aquilo que eu estava começando a dizer: como se tudo já estivesse semeado, você joga um pouco d'água e tudo vai germinar. Esta foi a característica que mais me chamou. Aquilo que eu me dediquei 30 anos em São Paulo e nada aconteceu, aqui acontecia. O que lá levou 30 anos aqui levou três. Em três tivemos resultados que lá, em 30, não tivemos.

P/1 – Quando foi a decisão e qual foi a situação principal de vir de bagagens pra cá?

R – Confiança. Confiança no governador. Confiança, no sentido da sinceridade, da vontade política de fazer e da determinação. Ele realmente comprovou no decorrer do tempo que ele realmente queria. Eu tinha encontrado poucos políticos assim. Eu cheguei a falar pra ele que eu queria que meu filho pudesse ficar um tempo aqui e isto aconteceu. Que eu queria que ele visse que existem políticos que são honestos, que são verdadeiros e dedicados a uma causa. Sabe? E realmente é isto. Foi fê.

P/1 – O império do interesse público.

R – É. Porque como a minha vida toda tinha sido assim; eu tinha encontrado poucas pessoas assim, devotadas a uma causa. E ele era um modelo de pessoa devotada dedicada a uma causa. A gente identifica rapidinho quando se está procurando.

P/1 – Quando a senhora aceitou e veio pra cá, com toda esta articulação, digamos, de confiança, que era a base do seu trabalho, o que a senhora encontrou aqui no Acre? As dificuldades no tratamento dos menores.

R – Era como se eu tivesse voltado no tempo. Como se eu tivesse chegado na Febem de novo. Porque aqueles militares que estavam iam sair. Era uma repetição. Como se visse um filme e repetisse várias vezes. Foi primeiro em São Paulo, aí fui para o Paraná, repetiu; aí vim aqui mais uma vez. Sabe? São caminhos conhecidos com pessoas diferentes e contextos diferentes. Mas os caminhos são conhecidos.

P/1 – Mas as soluções não foram apenas transplantadas.

R – Nem tem condições de transplantar. Não tem. Digo assim, caminho conhecido, vamos dizer assim: o tamanho do esforço que eu sei que vai precisar; as estacas que eu devo fincar; nas posições que eu tenho que tomar. Só. O resto tudo é com ingrediente local. Com as pessoas, as circunstâncias, o material que tiver no local.

P/1 – E como foi, resumidamente, este processo? Como se teve o início e aí a institucionalização de uma nova postura diante desta questão do menor infrator e, digamos, outro tipo de foco, que ainda está em construção, mas parece que aponta para um rumo bastante interessante.

R – Eu acho que não entendi a pergunta.

P/1 – Eu quis dizer que eu queria que a senhora me contasse este processo, este trajeto desde quando a senhora chegou, assumiu, até a institucionalização de um novo tipo de procedimento para encarar um problema tão complicado e tão grave quanto o do menor infrator.

R – Primeiro tinha que ter as leis de amparo, porque de qualquer forma a gente tem que ter leis que amparam, leis que referendam e leis que você toma como norte. Então, a gente tinha que criar leis que criassem a instituição da administração penitenciária, o instituto socioeducativo e, além disto, tinha que fazer as mudanças estruturais. A arquitetura numa unidade socioeducativa ou numa prisão, é muito determinante no fluxo de atendimento; é muito determinante no modo como vai se operar a unidade. Para mim era fácil dizer assim, “vamos construir”. No primeiro ano nós fizemos muitos projetos arquitetônicos. Parecia uma empresa de engenharia. Se não era uma empresa de engenharia era um escritório de advocacia para elaboração de leis, normativas, estas coisas. Que foram as duas coisas que a gente mexeu primeiro. No segundo ano já foi recursos humanos. Você só pode ter recursos humanos quando você existe legalmente. Senão você não tem como locar as pessoas em algo inexistente. Como o instituto já existia dava pra fazer o concurso para locar as pessoas lá. Então, o segundo ano já foi muito mais dedicado aos concursos. E o terceiro ano foi dedicado a criar os protocolos e procedimentos de dinâmica funcional. E agora, neste último ano, acho que estamos nos registros, como é o caso aqui. Registros e planejamentos de projeções futuras. Pra quem ver poder saber o que foi e pra onde vai. Este semestre é um semestre importante de registros e projeções. Grosso modo.

P/1 – O que se pode esperar lá na frente? Sem pedir nenhum exercício de futurologia. Que esta dinâmica está apontando pra quê? O que a senhora está vendo no horizonte.

R – Eu acho que nós fincamos estacas importantes já, que são a criação das leis, das estruturas funcionais e das estruturas físicas. A pessoa que

quiser retroceder no tempo vai ter dificuldade. Vou dar um exemplo: estou aqui há um ano e meio, nesta secretaria. Se a pessoa quiser voltar a ter o prédio anterior, primeiro: nem existia esta rua da frente. Era toda murada e ninguém sabia o que tinha aqui dentro. A gente abriu. A pessoa vai ter que murar tudo. Segundo: eu quebrei todas as paredes aqui; só sobraram os pilares, a pessoa vai ter que levantar tudo. Vai ter um pouco de trabalho. A principal, eu acho, que são as pessoas. As pessoas passaram a ter um ambiente melhor para trabalhar. Em todos, tanto o sistema penitenciário como o socioeducativo, como aqui, as pessoas estão experimentando uma nova instituição que respeita a pessoa, que valoriza a pessoa e que é transparente e democrática. Não é fechada em si mesma; não é autoritária. Ela mostra o que pensa o que faz; quer transparência. E isto é difícil de voltar pra trás. As pessoas que experimentam a liberdade e também experimentam relações verdadeiras e democráticas não voltam mais pra trás. O prédio pode voltar, mas as pessoas não voltam. As que experimentaram um novo prédio, uma nova relação, um novo trabalho, estas não voltam mais. As leis podem ser revogadas, mas as práticas dificilmente o são. Era só uma experiência. Então: projeção futura? Eu diria que está semeado. Está semeado aquilo que eu chamaria que tem respeito à lei; respeito à pessoa; respeito ao trabalho. E, mais do que tudo é um trabalho que inverte, a gente crê que é possível e elas vão acontecendo. A gente não fica vendo pra crer. A gente impregnou todo mundo com o modo de pensar que é assim: eu creio que é possível e nós vamos fazer. É o inverso de: eu vejo e por isto acredito e vou. Não, a gente acredita e por isto que vai acontecer. Não é porque eu vejo que vou acreditar. Acho que este modo de pensar e fazer as coisas mudou. Eu fiquei 60 dias fora e fiquei muito feliz porque não fiz falta. No sentido prático do serviço. Acho que fiz até como referência, como presença. Mas não como trabalho. Isto é bom porque entender o princípio das coisas, a diretriz, é não se perder. Quando a pessoa faz uma coisa sem ter entendido a razão, o princípio diretriz, se perde quando o chefe não está. Mas eu não estava e vi que não desvirtuou. Significa que absorveram a razão das coisas. Porque sabe o que está fazendo. Não está fazendo porque mandaram fazer. Sabe o que está fazendo.

P/1 – Como é esta avaliação, tão completa, institucional. Como ela se reflete no momento que a senhora está numa unidade e conversa com um garoto?

R – Como a gente percebe? Ah, não precisa nem conversar às vezes. Pelo que ele está fazendo; pelo jeito que ele estava na atividade. Pelo menos eu, né? Faz tempo que ando por uma unidade, comunidade ( ) e nem preciso na verdade. A gente vai lendo pelos sinais, pelos sintomas. Pelo olhar das pessoas, pela postura dos funcionários.

P/1 – Que bom, porque uma realidade tão distante da sua formação, embora com a espinha dorsal praticamente a mesma, mas tendo a possibilidade de fazer as coisas acontecer. Efetivamente acontecer.

R – Ao mesmo tempo em que nada foi fácil a vida foi muito generosa comigo. As experiências, possibilidades, lugares, pessoas que me apareceram, é de uma riqueza que parece que em uma vida, eu vivi dez. Eu sinto isto. (risos)

P/1 – Nós falamos pouco da sua família. A senhora falou de seu marido. Quando a senhora conheceu o seu marido?

R – Ah, é que eu participava antes de atividades dos jovens, também. Dentro da igreja.

P/1 – Católica?

R – Não. A igreja Tenrikyo. Mas eu era adolescente. Eu já fazia muitas atividades com jovens e sempre era liderança. Sempre eu fui chefe. (risos). Eu nem sei por que, mas desde criança. Se tinha brincadeira na rua eu que era a chefe. Aí foi nestas brincadeiras que eu o conheci. Eu tive três filhos, um falecido. Há 60 dias atrás meu terceiro filho faleceu. De três eu estou só com um, o Arnaldo, que está aqui comigo no Acre. Eu tinha vindo pra ficar um ano só quando o Binho pediu. Meu combinado com ele era um ano. Então eu fiquei morando meio ano em hotel. Acho que morei em todos os hotéis que tinha aqui. Porque eu vou embora. O primeiro ano foi este “eu vou embora”. No segundo ano, que eu tinha concluído o IAPEN (Instituto de Administração Penitenciária), em dezembro falei para o governador: “agora vou embora”. Só que nesta hora ele estava passando uma dificuldade muito grande com área da assistência, que não dava, não dava. Ele disse assim: “fica só mais meio ano para me ajudar a resolver esta questão”. Isto é dezembro de 2008. “Está bom, vou ver se engreno tudo aqui na área da assistência”. Só que não engrenou. A gente chegou em dezembro de 2009, o ano passado, eu já falei: “Eu estou vendo que eu não vou embora”. Não é? Semana passada, porque eu não comprava sofá, eu não comprava cama, eu na comprava nada. Porque toda hora eu estava indo embora. Compraram pra mim. Porque eu não fui. (risos) Compraram tudo, mobiliaram a minha casa. “Agora que eu vou embora vocês compraram tudo?”. Porque eu estou sempre indo embora. Mas eu queria mesmo ir embora, porque aqui é muito longe. Mas enfim, eu não consegui ir embora. Neste ínterim, quatro anos, aconteceram muitas coisas. Mas agora eu acho que vou conseguir. (risos). Eu não sei.

P/1 – Seu marido veio pra cá também?

R – Não, ninguém quis vir pra cá. Ainda mais porque era como te falei: sempre indo embora. Toda hora eu estava indo embora.

P/1 – E a senhora assumiu a Secretaria nesta época, já?

R – Foi. E trouxe junto o socioeducativo e o penitenciário. Em dezembro de 2008. Quando o governador falou: “vai lá; vê o que você pode fazer lá”.

P/1 – Porque para o Instituto Socioeducativo já há uma estrutura, uma ação e, sobretudo um espírito norteador deste trabalho.

R – Eu acho que foi o que mais avançou. Mais avançou porque ele é plenamente aceito como tal, no seu princípio, na sua diretriz, na sua arquitetura, na sua dinâmica. Ela já incorporada à sociedade, aos poderes todos. Todo mundo, onde você conversar: “Ah, socioeducativo”. Já está como parte. Agora, o IAPEN, que é a penitenciária, ainda é reboleço. Não é assim, deixa de ser. Ainda... Sabe? Mas o socioeducativo já

está bem mais incorporado, aceito, amadurecido. Eu acho que o sistema penitenciário vai chegar neste ponto no final do próximo governo. Até porque o volume é maior. Mas chega no final do ano que vem. Porque nós começamos o socioeducativo em 2004. Quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze. É dez, sete anos. O IAPEN este ano vai fazer quatro anos. Mais três anos até ficar no estágio que o socioeducativo está hoje.

P/1 – A importância de toda esta mudança estrutural que foi capitaneada pela senhora, o que a senhora diria que de mais importante mudou no trato da questão do menor infrator aqui, neste Estado?

R – São vários aspectos. Um primeiro: acho que a questão arquitetônica é importante. Segundo, ter um quadro próprio, especializado. Não com policiais militares. Que antes eram policiais militares. O quadro de pessoal é decorrente da estrutura legal que foi aprovada. A estrutura legal, o quadro de pessoal, a arquitetura e, sem dúvida, a concepção pedagógica do trabalho. Porque antes não tinha a concepção pedagógica. Tinha a concepção, vamos dizer assim: psicossocial policial. Mas não tinha a concepção pedagógica. Acho que a concepção pedagógica é fundamental. E esta que eu falei: como a sociedade vê e entende o adolescente em conflito com a lei. Ele consegue entender e aceitar que é uma abordagem necessariamente pedagógica, necessariamente social, necessariamente psicológica. E que não é mais policial. Esta aceitação desta nova forma de ser institucional, como natural, está naturalizada já, acho que este é o maior sucesso. Não é?

P/1 – Sem dúvida.

R – Não se tem grandes polêmicas: deve ser assim; não deve ser assim. O penitenciário ainda tem polêmicas. Mas o socioeducativo não se tem polêmicas desta natureza, paradigmática, de concepção de homem, de mundo. Ela não tem mais. Ela já está incorporada como uma verdade; incorporada como uma prática que assim deve ser. Este assentamento e esta consolidação e amadurecimento eu encaro como não tem mais volta. Coisa que a penitenciária ainda vacila, oscila. Ainda dá três passos pra frente e volta dois. Dá três passos e volta um. Então, que eu acho que no socioeducativo não teremos mais. Tem necessidade de aprimoramento, de aperfeiçoamento. Mas não há uma preocupação de retrocesso histórico.

P/1 – Estas necessidades serão eternas. São problemas constantes.

R – Mas eu acho que esta discussão paradigmática, de concepção. Se é polícia, se não é. Se é assim, se não é. E deve ter escola dentro ou não deve. Se deve ter atendimento médico ou não deve. Isto já foi. Acho que aqui já superou.

P/1 – Isto foi um grande avanço.

R – Muito. Eu acho que em pouco tempo fez o que a Febem de São Paulo não conseguiu em 30 anos. Fez em dois, três anos.

P/1 – Quais são as coisas mais importantes pra senhora, hoje?

R – Hoje é preciso arrumar a estrutura legal desta secretaria. Fazer o que eu fiz lá. A estrutura legal, o quadro de pessoal, o estatuto legal dela, a proposta, o projeto societário que ela se engaja, qual é esta contribuição que esta secretaria dá. Sabe? Que uma secretaria ele constrói o Estado. Ele é uma das partes, assim como a saúde, a educação, cabe ao secretário pegar uma pasta e construir uma parte da sociedade. E que sociedade é esta? Então existe um projeto societário deste governo. Que é ( ) a comunidade, promover o trabalho, a autonomia das pessoas. Uma economia limpa, justa. Então, este projeto societário é que é a minha preocupação, que o próximo governo realmente assuma este projeto societário. Assumi-lo significa não perder a sua essência. Ter os princípios, as diretrizes muito bem firmadas e não fazer nada que não seja isto. Esta é a minha preocupação. Se assim será. Agora. Não preocupação, mas propósito. De agora até dezembro, é fazer a estrutura legal desta secretaria e criar o quadro de pessoal dela. Isto que me resta aqui fazer. O resto aparece que todo mundo esta tocando já.

P/1 – Já nos encaminhando para o final, eu queria que senhora discorresse um pouco e refletisse um pouco em cima de uma prática muito perceptível. Esta relação mais holística e sinérgica com os outros entes do governo. O Instituto Socioeducativo trabalha junto com a Secretaria de Educação, que por sua vez tem um trabalho com a Secretaria de Agricultura. Estas sinapses, estes caminhos que vão se inter-relacionando: que sentido tem isto?

R – Mas do que sentido, é uma visão. Uma concepção. Uma concepção de como o mundo se dá. Se você achar que o seu movimento não vai afetar a vida do outro. Se você não se enxerga como um sujeito que faz história. E se você não tiver a consciência que cada tomada de decisão sua, afeta outras vidas, então você vai tomando decisões como se nada fosse acontecer. Mas a cada movimento, a cada decisão que a gente toma, a gente afeta a vida do outro, de poucos ou de muitos. Só que quando a gente ocupa um cargo de secretário de estado, ou de presidente de um instituto, cada vontade, manifestação, afeta muitos. Eu não sei nem a pergunta que você fez. Como era?

P/1 – Eu queria que a senhora refletisse sobre isto exatamente. Estas inter-relações.

R – Então, se a gente não tem esta consciência fica achando que é dono de si e dono das coisas. E a gente não vê. A gente é uma peça dentro de uma grande engrenagem. Eu sempre me vejo assim. Tem duas imagens que eu sempre faço. Uma você põe a água numa bacia e tem uma pedrinha muito pequena, você joga no meio ela reverbera até a borda. A outra, se você tem uma teia da aranha toda tecida, com varias intersecções, com varias interfaces, se você pega um fio daqui e chacoalhar, ele chacoalha inteiro. Estas são duas imagens que eu sempre penso. Eu posso ser aquela pedrinha. Mas também posso ser aquela aranhinha que fica neste canto e tece aqui. Eu posso tecer daqui e começar com um fio e tecer toda ela. E ainda posso, a partir de onde estiver, balançar ela inteira. Então, por isto que eu falei que era mais uma concepção, uma visão. Cada um de nós eu acho que é esta pedra e esta aranha. Pode tecer e pode balançar o conjunto inteiro, se quiser. Ainda mais se ocupar cargos como nós ocupamos. Mesmo sem ocupar já faz isto. Mas ocupando pode potencializar em cem, mil, dois mil isto que está fazendo. Eu

sempre acho que cada um tem que saber que não é só, e que aquilo que pensa, faz e decide afeta todos. E tem que dimensionar exatamente o que está fazendo por causa disto.

P/1 – Principalmente no serviço público.

R – Exato. O serviço público atinge 200 mil, 300 mil pessoas. Um milhão de pessoas. A sua vida não é mais a sua. Ela é pública.

P/1 – Muito bem, dona Laura, estou muito satisfeito com que ouvi. Só tenho a agradecer à senhora.

R – A entrevista não foi de socioeducação, rapas, foi sei lá o quê.

P/1 – Foi tudo. Falou muito sobre isto. Alguma coisa que a senhora gostaria de ter dito e eu não pedi pra que a senhora dissesse?

R – Acho que não. Acho que falei tudo. Tenho esta impressão. Acho que eu falei tudo.

P/1 – E como a senhora se sentiu contando a sua história?

R – É sempre bom quando alguém ouve a gente interessadamente. Porque geralmente a gente não tem oportunidade de se falar. Eu acho que não tem. E a outra é que se isto puder contribuir para alguma coisa, eu acho que tem que falar. Porque senão é aquilo que eu falei. Se eu não falo, se eu não registro, toda a experiência é perdida. Geralmente eu não deixo ela se perder, porque eu logo transformo numa ação, mas quando eu não transformo numa ação, é muito que se transforme pelo menos em escrita, em palavras.

P/1 – É exatamente o que a gente quer, que seja útil.

R – Que seja útil. Acho importante que seja útil.

P/1 – Muito obrigado. Foi um prazer ouvir a senhora.